

**Florianópolis, 20 de julho de 2012**

**Excelentíssima Senhora Ministra do TSE Cármen Lúcia:**

Nós, servidores do Poder Judiciário Federal, estamos há quatro anos lutando para que o nosso Plano de Cargos e Salários (PCS), consolidado no PL 6613/09, seja aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. Nesse sentido, é grave a situação de submissão do Poder Judiciário em relação ao Poder Executivo, que tem lançado mão de manobras para não aprovar o reajuste de vencimentos dos servidores. No final de 2010 o então presidente Lula e os presidentes do STF e do TSE divulgaram um acordo que previa a aprovação do PL 6613/09, prevendo inclusive as datas de implementação. A partir de 2011 o Executivo passou a tratar do assunto como se fosse o início do processo, com a aceitação passiva por parte do STF, cujo presidente passou a conversar com ministros e secretários de segundo e terceiro escalões sem poder de decisão. A aceitação desse quadro já chegou ao limite do tolerável em uma República democrática, que tem a separação dos poderes como princípio basilar. Os reflexos históricos desta postura de submissão vão além da deterioração dos quadros do Poder Judiciário Federal, por isso reivindicamos que a Excelentíssima Senhora Ministra e seus pares tomem uma atitude junto ao Poder Executivo para que respeite a autonomia do Poder Judiciário.

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>LOCAL DE TRABALHO (JT, JE OU JF)</b>
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

**SINTRAJUSC - SINDICATO DE LUTA**